

Olivete Salmória



“

O dinheiro que deveria estar na sala de aula, melhorando o futuro dos nossos estudantes, está alimentando um jogo de cartas marcadas.”

Deputado **Mário Motta** (PSD), ao denunciar contratos irregulares para a dedetização das escolas estaduais

Nova denúncia no âmbito da Operação Mensageiro

O ex-prefeito Antonio Ceron pode sofrer um novo processo. Houve nova denúncia formal oferecida pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), por meio do Gaeco e do GEAC, no âmbito da Operação Mensageiro. O processo detalha o suposto esquema de corrupção e fraude em licitações envolvendo a empresa Serrana Engenharia e a administração municipal de Lages

de 2020 a 2022. É essencial separar o que é a condenação recente do que são os novos desdobramentos que surgiram agora em 2026. Embora a sentença de 9 anos e 8 meses pelo caso principal da Operação Mensageiro tenha dominado as manchetes, o ex-prefeito Antonio Ceron enfrenta uma nova frente jurídica agora. Diferente da primeira condenação, que focou no contrato de resíduos sólidos (Serrana Engenharia), os novos apontamentos do Ministério Público investigam

outros dois certames licitatórios de 2020. O Objeto: Suposto direcionamento em contratos que envolvem serviços de infraestrutura e iluminação. O "Modus Operandi": A suspeita é de que o modelo de "edital encomendado" tenha sido replicado em outras secretarias, não se limitando apenas à Sema-sa. A atual denúncia sustenta que houve uma associação criminosa estruturada para garantir que a empresa Serrana Engenharia vencesse a Concorrência Pública nº 03/2020.

O objetivo seria a adjudicação do objeto da licitação (gestão de resíduos/li-xo) mediante o pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos. Segundo o documento, a fraude não ocorreu apenas no dia da licitação, mas foi construída através de: Direcionamento do Edital; Inserção de cláusulas, itens e exigências específicas que beneficiavam tecnicamente a Serrana, eliminando a concorrência real. Pareceres Técnicos "Encomendados": Elaboração de respostas

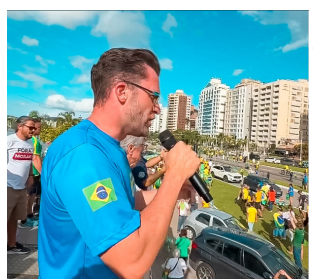
contrárias às impugnações feitas por outras empresas, com o intuito de manter o edital viciado. Vantagem Indevida: O MP afirma que os agentes agiram com "consciência e vontade" para obter benefícios diretos ou indiretos através deste contrato. Assim como no primeiro processo condenatório, estão envolvidos outros dois ex-secretários Antônio Arruda e Eroni Delfes. Lembro que eles também já receberam condenação, e mais dura do que a aplicada a Ceron:

Arruda foi condenado a 24 anos e 1 mês de prisão (posteriormente reduzida para cerca de 20 anos em recurso de embargos) e Delfes foi condenado a 24 anos e 1 mês de prisão. Como o julgamento de Ceron no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) foi unânime e fixou uma pena que ultrapassa os nove anos, o foco da defesa agora deve estar concentrado em Brasília para tentar reverter o mérito ou anular provas no Superior Tribunal de Justiça.

Vereador acompanhou a manifestação

O vereador Jonata Mendes (PRD) esteve, no domingo, em Florianópolis, acompanhando a movimentação Acorda Brasil. "Junto com dezenas de lagueanos, estive na capital do Estado a convite dos organizadores do movimento nacional Acorda Brasil. Nesta mesma condição, todos os vereadores, políticos da direta no estado estiveram presentes nas manifestações",

disse ele. Além dele, o vereador Nixon (PL) também participou do ato. Em Lages, a manifestação foi marcada pelo vereador Castor (PL), mas poucas pessoas estiveram na praça da Bandeira no domingo.



Rede de atendimento

O avanço do Instituto Maria Schmidt (IMAS) na Serra Catarinense ganhou um novo e importante capítulo. Após consolidar sua presença em unidades estratégicas, o instituto agora deve assumir a gestão do Hospital Santa Clara, em Otacílio Costa. Com isso, o IMAS passa a gerenciar uma rede conectada que cobre os principais eixos da região. Em Lages atua nos serviços especializados (como oncologia e diagnóstico) no Hospital e Maternidade Treza Ramos e tem a gestão da UPA24h. Em Urubici tem a gestão plena do Hospital São José; em Ponte Alta tem a gestão de unidades que servem como suporte vital para a média complexidade. Em Campo Belo do Sul tem a gestão do Hospital Nossa Senhora do Patrocínio e agora, em Otacílio Costa, vai ter a gestão do Hospital Santa Clara, pois a cidade é um polo industrial (Klabin) e possui uma demanda de pronto-atendimento e internações que impacta diretamente a ocupação de leitos em Lages.

aproximação com a população. A primeira sessão ocorrerá nos dias 24 e 25 de março, no município de Curitiba, atendendo a região do Meio-Oeste catarinense. A segunda está prevista para o mês de maio, com data e local a serem definidos pela Bancada do Sul, conforme a organização regional e o calendário legislativo.

Frente ampla da esquerda

A esquerda em SC está tentando montar uma "frente ampla" para as eleições deste ano, buscando nomes que circulem melhor fora da bolha progressista, como é o caso de Gelson Merisio. O objetivo é consolidar uma chapa competitiva até o prazo final de filiações em 4 de abril. O desenho atual mostra uma estratégia de "migrações calculadas" para fortalecer as legendas do bloco.

Governo do Estado: O nome de Gelson Merisio aparece como consenso. Ele deve trocar o Solidariedade pelo PSB para capitanear o projeto ao Executivo.

Vice-Governador: O nome cotado é o de Ângelo Albino. A estratégia envolve a sua saída do PCdoB rumo ao PDT, buscando uma sigla com maior capilaridade eleitoral no estado.

Senado (Vaga 1): Dário

Berger é o nome forte. Também cotado para o PDT, ele formaria uma dobradinha com Décio Lima (PT), que ocuparia a segunda vaga para o Senado.

Novo modelo

A Escola de Educação Básica Prof. Armando Ramos de Carvalho recebeu, sexta-feira (27), a autorização oficial para a implantação do modelo cívico-militar, marcando um novo capítulo para a educação no Bairro Promorar. O anúncio foi feito pelo deputado estadual Marcius Machado (PL), que levou pessoalmente a boa notícia à comunidade escolar.

Piso do professor

O salário do professor municipal passará de R\$ 3.998,00 para R\$ 5.113,00 (piso nacional é de 5.130,63). Lages era a única cidade da Serra Catarinense que ainda não efetuava o pagamento do piso salarial e apresentava uma defasagem de cerca de 20% em relação ao valor atual, recentemente reajustado. Hoje o município conta com mais de 2 mil professores entre efetivos e ACTs. Para a oposição, o mérito não é da prefeitura, mas do Simproel e da mobilização da categoria. Eles devem reforçar que a prefeitura só cedeu agora, em 2026

(ano estratégico), porque a pressão jurídica e política se tornou insustentável. A narrativa será a de que o governo foi "empurrado" a tomar essa decisão.

Receio

O grande receio — e o ponto onde a oposição vai focar a fiscalização — é o achatamento da carreira. Os vereadores de oposição (como a bancada do PT e do MDB) estão analisando se esse aumento para o nível inicial não vai "engolir" as gratificações e triênios dos professores mais antigos. O medo é que o piso vire "teto", desvalorizando quem tem pós-graduação e décadas de serviço.

Licitações

O caso da Praça do Rosário reacende um debate antigo sobre a Lei de Licitações. É lamentável que o critério do "menor preço" muitas vezes abra as portas para empresas sem a estrutura necessária para honrar seus compromissos. O resultado é um ciclo vicioso de atrasos: A obra começa em ritmo lento; a empresa alega dificuldades técnicas ou financeiras; o contrato é rompido, paralisando o serviço e o poder público precisa iniciar uma nova licitação, gerando custos extras e mais meses de espera para o cidadão.

Mário Motta denuncia irregularidades em contratos

O deputado Mário Motta (PSD) encaminhou uma denúncia ao Ministério Público de SC apontando possíveis irregularidades em contratos firmados pela Secretaria de Estado da Educação para serviços de dedetização, desratização e descupinização em escolas da rede estadual. O caso, referente a contratações de 2021, envolve um salto expressivo nos valores gastos, que passaram de



R\$ 5,2 milhões em 2019 para R\$ 19,1 milhões em 2021, com o mesmo número de regiões atendidas. A denúncia foi repassada ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), que validou os indícios e abriu investigações.